

RUI BARBOSA E OS PARECERES DE 1882 SOBRE A REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO

Meire Keiko Nagamatsu¹
Marco Antônio de Oliveira Gomes²

Resumo: Este artigo objetiva analisar a participação de Rui Barbosa nos debates educacionais e os seus Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário. Dessa forma, será apresentado o papel do Estado na educação primária, presente nesses documentos elaborados pelo autor, pois este considerava a educação como a solução dos problemas sociais e o progresso para a civilização e modernização da sociedade. Nesse sentido, o Estado seria responsável pela oferta da educação, desde os anos iniciais até o ensino superior, como forma de garantir o acesso universal à educação, também defendeu a obrigatoriedade, gratuidade e laicidade. Para compreendermos o significado dos pareceres, será contextualizado o momento histórico de sua atuação em defesa da educação nacional e as mudanças propostas baseadas no uso do método intuitivo nas escolas, os conteúdos a serem aprendidos pelos alunos de acordo com a observação e experimentação. Por fim, a pesquisa se orientou pelos trabalhos de Venâncio Filho (2007), Machado (2002, 2005), entre outros.

Palavras-chave: Rui Barbosa, Reforma do Ensino Primário, Papel do Estado, Educação Nacional.

Abstract: This article claims to analyze the participation of Rui Barbosa in the educational debates and your opinions about the Reform of the Primary School. As a result, it will be presented the role of the State in the primary school, present on these documents formulated by the author, because he considered the education as a solution of the social problems and the progress to the civilization and modernization of the society. In this sense, the State would be the responsible for the offer of the education, since the initials years until the higher education, also defended the obligatoriness, gratuity and secularity. In order to comprehend the meaning of the opinions it will be contextualized the historical moment of your performance in defense of the national education and the proposal changes based on the use of the intuitive method in the schools, the contents to be learned by the students according to the observation and experimentation. Finally, the research oriented by the labor of Venâncio Filho (2007), Machado (2002, 2005), Carvalho (2004), among others.

Keywords: Rui Barbosa, Reform of the Primary School, Role of the State, National Education.

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Email: meirekeiko9@gmail.com.

²Doutor em História e Filosofia da Educação. Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Orientador do trabalho. Email: marcooliveiragomes@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como objetivo a análise sobre os pareceres de Rui Barbosa e a questão referente ao ensino primário, presente nos documentos. Para o desenvolvimento da pesquisa, tem-se como ponto de partida o seguinte problema: **Como é apresentado o papel do Estado em relação à Reforma do Ensino Primário nos Pareceres de Rui Barbosa?**

Antes de prosseguirmos, é importante destacar que Rui Barbosa (1849-1923) foi um importante intelectual que vivenciou as transformações ocorridas no período final da monarquia (1822-1889) e início do regime republicano no Brasil. Sua carreira foi marcada pelo exercício de diferentes cargos: jurista, educador, abolicionista, deputado e relator da Comissão da Instrução Pública, que reformulou o decreto de Leôncio de Carvalho, de 1879, o qual previa a liberdade de ensino e frequência. Barbosa também se destacou pela luta abolicionista, além de defender a implementação de reformas, tais como, a eleição direta, por meio da garantia do direito ao voto.

Vivenciou, entre as transformações ocorridas, o processo de expansão das atividades econômicas, da crise da escravidão e do regime imperial. Nesse cenário, a educação era apresentada como solução para os conflitos sociais. Nesse sentido, Rui Barbosa entendia a escola pública como instituição adequada para a instrução e formação do cidadão.

De acordo com Machado (2002), os pareceres elaborados por Rui Barbosa, em 1882, sobre o ensino primário e secundário, evidenciavam a imperiosa exigência do ensino de desenho quando dedicou uma extensa parte dos textos para explicar os melhoramentos produzidos por ele nas diversas indústrias. Essa questão fora novamente discutida por Rui Barbosa num discurso pronunciado no Sarau Artístico e Literário, que o Liceu de Artes e Ofícios dedicou a Rodolfo Dantas, em 1882, quando destacou-se a importância do ensino do desenho.

Nos pareceres de Rui Barbosa fica explícita a importância do Estado em tomar a responsabilidade em ofertar a educação, desde os anos iniciais até o ensino superior. Como forma de garantir o acesso universal à educação,

defendeu a obrigatoriedade, a gratuidade e a laicidade do ensino. Nesses termos, pesquisar sobre seus pareceres não significa ficar preso ao passado, mas compreender o processo de transformação da escola e da sociedade com questões atuais no presente.

2 APONTAMENTOS SOBRE O CENÁRIO VIVENCIADO POR RUI BARBOSA

Partimos do princípio de que é importante ter claro que a educação brasileira, ao longo do século XIX, como em qualquer outro período da história, refletiu as transformações, lutas e contradições presentes nas relações sociais. Em diferentes nações europeias, a revolução industrial possibilitou a configuração das cidades na Europa e propiciou o surgimento da escola moderna, a qual defendeu a formação de um novo indivíduo adaptado à ordem industrial e capitalista. É evidente que o processo de industrialização vivenciado por diferentes nações europeias não ocorreu no Brasil, na mesma intensidade, mas seus efeitos fizeram-se presentes na sociedade brasileira com a entrada de imigrantes, contribuindo para questionamentos cada vez mais críticos da instituição da escravidão e a defesa da ideia de civilização e ilustração dos indivíduos por meio da educação.

Nesse cenário, a educação era apresentada por diferentes intelectuais como um direito do cidadão, ao mesmo tempo, em que sua ausência era entendida como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. Tratava-se de formar o cidadão para o trabalho em um momento que a escravidão entrava em declínio definitivo.

No entanto, apesar das manifestações em defesa da educação ao longo do Império, é forçoso reconhecer que, em nenhum momento, tornou-se uma questão nacional ou, expressado de outra forma, um problema a ser tratado com a devida seriedade pelo Estado. Segundo Venancio Filho (2007):

O desinteresse pela educação no Império está documentado nas "Falas do Trono", que eram lacunosas em matéria de instrução pública. A primeira, de 1823, apenas se refere à promoção dos institutos públicos quando possível, a necessidade de uma legislação particular; indica várias iniciativas como a compra para uma biblioteca pública de uma coleção de livros da melhor escolha, o aumento do número de escolas e do ordenado dos mestres, e a abertura de uma

escola sobre o ensino mútuo, que era a panacéia da época. A de 1889 era mais explícita, prevendo a criação de escolas técnicas adaptadas às condições locais e duas universidades, uma no Sul e outra no Norte, assim como a da Faculdade de Ciência e Letras, que, apropriadas às províncias, se vinculariam ao sistema universitário, assentando tudo firmemente na instrução primária e secundária.

No período de 1880 até a queda do Império, entretanto, as referências são sumárias, como na de 1880, que se refere aos recursos para a instrução pública, e a de 1884, que comenta que serão decretados projetos relativos à instrução pública. (VENANCIO FILHO, 2007, p. 270).

Como é possível perceber, a educação escolar não foi efetivada na prática. A grande quantidade de analfabetos no período é uma demonstração de como foi deixada de lado nas ações do Estado. Coube a Rui Barbosa, entre outros intelectuais do período, a tarefa de defesa da educação pública no Brasil.

3 RUI BARBOSA E A DEFESA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ainda que não tenha sido seu campo de luta exclusivo, Rui Barbosa constituiu-se em uma figura importante na defesa da educação pública, fato que pode ser evidenciado a partir da leitura de seus pareceres sobre a situação do ensino primário, secundário e superior no Brasil, além de trabalhos que demonstram o papel exercido pelo jurista baiano.

Sua carreira iniciou-se em 1872, no escritório de Manuel de Sousa Dantas, que orientou e contribuiu para sua trajetória política em âmbito nacional. Em 1876, trabalhou no jornal “A Reforma”, onde escreveu artigos em defesa da separação entre o Estado e a Igreja.

Em seguida, tornou-se deputado pela província da Bahia e depois deputado geral. Em 1882, iniciou seu segundo mandato como parlamentar e defendeu o projeto de reforma do ensino. Antes de prosseguirmos, é importante destacar que ao longo do período imperial (1822-1889), o ensino primário era restrito a pouquíssimos indivíduos, algo que não poderia ser diferente se compreendermos que a base da economia era agrário exportadora com a produção realizada majoritariamente por escravos. A título de exemplo, a Escola de Primeira Letras estabelecida pelo Decreto de 1827, não foi

universalizada. As condições precárias, a ausência de professores e o regime escravocrata impediram a materialização da lei.

Em 1834, com o Ato Adicional, cada província deveria organizar seu próprio sistema de ensino, fato que também não contribuiu para a difusão da educação escolar em nossas terras e a criação de um sistema nacional de ensino. As diferenças econômicas entre as províncias impediram a universalização da educação escolar.

Anos mais tarde, em 1854, com a Reforma Couto Ferraz, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário, reforçava a proibição de acesso de escravos ao ensino público, fato que expressa muito da mentalidade aristocrática presente em uma sociedade sustentada pela mão de obra de homens escravizados.

Nesse ambiente marcado pelas contradições de uma sociedade escravocrata e de economia periférica, Rui Barbosa produziu seus pareceres oriundos da apreciação do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior no Império. O Decreto anteriormente apontado, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, membro do gabinete Liberal, presidido pelo Visconde de Sinimbu, foi promulgado em um momento histórico em que a educação pública era vista por muitos, como um meio de civilizar os indivíduos. Note-se que uma das preocupações do decreto era não fechar as portas das escolas para os escravos:

A pressa de Leôncio de Carvalho na execução dessa reforma pode ser explicada pelo fato de ser o ano de 1879 decisivo para os filhos de escravas, nascidas em 1871 após a Lei do Ventre Livre, quando estariam em idade escolar. Contudo Leôncio de Carvalho não refere essa criança em nenhuma passagem do relatório Brasil, 1878 ou do Decreto, bem como não proibia o escravo de freqüentar a escola, como estava posto no regulamento de Couto Ferraz, de fevereiro de 1854, que vetava a frequência de escravos nas escolas, juntamente com os doentes e não vacinados [...] (MACHADO, 2005, p. 94).

Esse decreto foi entregue ao exame da Comissão de Instrução Pública, cujos membros eram: Rui Barbosa, relator, Thomaz do Bonfim Spínola e Ulisses Vianna. No Decreto de Leôncio de Carvalho, fica evidente a orientação do Estado na criação de condições que facilitassem a iniciativa privada.

Inspirado pelos modelos externos, o legislador buscou restringir a ação do Estado na educação ao mesmo tempo em que buscava delegar ao setor privado essa função. Faz-se necessário esclarecer que outros projetos foram encaminhados à Assembleia naquele momento histórico e a pauta das questões da educação fazia-se presente em diferentes espaços da sociedade.

Nesse sentido, Rui Barbosa, incumbido da relatoria do projeto, enxergou lacunas no decreto de Leôncio de Carvalho. Após a análise do decreto, o intelectual baiano formulou seu parecer em várias sessões, organizando-o a partir das temáticas do ensino secundário e superior.

Em linhas gerais, Rui Barbosa apontava para a criação de um sistema nacional de educação, propondo uma reforma que abarcasse dos anos iniciais até o ensino superior. De acordo com Valdemarin (2000):

[...] pode-se dizer que o substitutivo elaborado por Rui Barbosa, cujo detalhamento e justificativas são apresentados nos Pareceres, pretende criar no país uma estrutura educacional verticalmente articulada, que permitiria a continuidade de estudos até o curso superior, formação profissional, e, ao mesmo tempo, integrada horizontalmente, por meio de cursos que garantiriam homogeneidade da cultura geral, ensino primário, e qualificação técnico-profissional variedade dos ramos do ensino médio. (VALDEMARIN, 2000, p. 145).

Para a aceitação de suas propostas, Rui Barbosa buscou escrever seus pareceres com uma diversidade de argumentos, tendo como apoio experiências promovidas em diferentes países: Estados Unidos, França, Inglaterra, Áustria, entre outros. Nesse aspecto, ao avaliar as condições da instrução pública no Brasil, o autor concluiu que havia muito o que reformar, por considerar o ensino secundário e superior atrasados.

Rui Barbosa enxergava, na reforma educacional, a possibilidade de promover o desenvolvimento do país, citando como exemplos França e Alemanha. Nesses termos, reforçava a tese de que as nações desenvolvidas investiram na educação, o que proporcionou a prosperidade de todos. Em outras palavras, por meio da educação do povo seria possível construir uma sociedade melhor.

Nos pareceres, Rui Barbosa também avaliou a temática da liberdade de ensino. Em seu entendimento, o Estado deveria zelar pela qualidade de ensino, opondo-se à liberdade irrestrita defendida por Leôncio de Carvalho. Dessa

maneira, apresentava os problemas da não intervenção do Estado, apontando como exemplo França, Bélgica e Inglaterra que, ao concederem ampla autonomia às universidades, obtiveram resultados insatisfatórios. Outra questão relacionada, que podemos evidenciar, era a oposição à ideia da liberdade de frequência presente no decreto de Leôncio de Carvalho. Para o intelectual baiano, essa proposição não poderia ser aplicada em cursos nos quais eram necessários exercícios regulares.

Para Rui Barbosa, o aspecto importante de toda organização da educação no Brasil seria a introdução da ciência no interior do ensino desde os primeiros anos de instrução até a universidade. Dessa forma, discutiu sobre a necessidade do ensino de música, ginástica e desenho como instrumentos de preparação do indivíduo aos novos tempos. O ensino de desenho era utilizado como argumento para promoção da expansão da indústria em nossas terras.

O propósito de Rui Barbosa era a defesa de um sistema escolar amparado nas ideias científicas que estavam em circulação naquele momento, com a oferta do ensino público a todas as classes sociais. Em síntese, nos pareceres, reforçou a importância do ensino científico para o desenvolvimento social e econômico do país.

No que diz respeito ao ensino superior, os pareceres apontam para mudanças, como a introdução de novos cursos que pudessem atender às demandas do mercado de trabalho, por entender que o desenvolvimento nacional se encontrava diretamente associado à expansão das oportunidades escolares.

No mês de junho de 1881, o deputado baiano foi designado relator do Decreto de Leôncio de Carvalho.

Já no momento da escolha de Rui para a Comissão de Instrução Pública, a oportunidade estava aberta. Em 19 de abril de 1879, baixaria o governo o Decreto de nº 7.247, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e superior em todo o país. O gabinete de então, também do partido liberal, presidido por Sinimbu, tinha na pasta do Império, a que competiam os negócios da instrução, o Professor Carlos Leôncio de Carvalho. O decreto fora enviado ao Parlamento, não para discussão de toda a matéria, mas apenas para autorização das despesas acrescidas, nos novos serviços, que o decreto criara, e o exame de alguns

dispositivos, que exigiam o voto do parlamento. (LOURENÇO FILHO, 1956, p. 44-46).

Rui Barbosa avaliou diferentes documentos sobre a questão educacional do período. Somente após ter aprofundado seu conhecimento sobre o tema, formulou a proposta de mudanças para a educação no Brasil. Barbosa assinalou:

Mas a verdade – e a vossa comissão quer ser muito explícita a seu respeito, desagrade a quem desagradar – é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso, é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, se decresce, é numa proporção desesperadamente lenta; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para receber; é que a instrução popular, na Corte como nas províncias, não passa de um *desideratum*; é que há sobeja matéria para nos enchermos de vergonha, e empregamos heróicos esforços por uma reabilitação, em bem da qual, se não quisermos deixar dúvida a nossa capacidade mental ou os nossos brios, cumpre não recuar ante sacrifício nenhum; não só porque, de todos os sacrifícios possíveis, não haveria um que não significasse uma despesa proximamente reprodutiva, como porque trata-se aqui do nome nacional num sentido rigoroso, mais sério, mais absoluto do que o que se defende nas guerras à custa de dezenas de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho centenas de milhões arrancados, sem compensação, aos mais esterilizados de todos os impostos. (BARBOSA, 1947a, p. 8).

Após seus estudos, Rui Barbosa apontou para o atraso educacional do Brasil quando comparado às nações europeias e aos Estados Unidos. Assim, defendia a necessidade de enxergar a realidade tal qual se apresentava e promover as mudanças que seriam promotoras do progresso.

Por esse motivo, defendeu uma completa reorganização do ensino no Brasil, o que significava a construção de prédios apropriados ao funcionamento das escolas até a adoção de métodos de ensino mais adequados. No seu entendimento, a educação seria uma prioridade máxima, ao afirmar que: “[...] a educação popular é a mais fecunda de todas as medidas financeiras” (BARBOSA, 1947a, p.143).

A organização do sistema educacional brasileiro proposta nos Pareceres de Rui Barbosa pode ser assim sintetizada: a escola

primária, essencialmente popular, deve ter ação homogeneizadora e superior, formar homens que dirijam os negócios com eficiência e moralidade. O grau secundário deveria diferenciar e especializar, fomentando o desenvolvimento industrial. Sendo a instrução o meio que possibilita a ordenação social através da consciência que prescreve e obedece à lei, ela é fundamental como fonte de aperfeiçoamento da produção. Por isso deve ser função pública uma vez que assegura a livre expansão do indivíduo e a salvaguarda das instituições liberais, só podendo ser conseguida pela união da ciência com a liberdade, ou melhor, da liberdade orientada pela verdade científica. (VALDEMARIN, 2000, p. 172).

Nesse sentido, o intelectual baiano entendia que a reforma da educação seria o instrumento para alavancar as transformações necessárias para o Brasil. Por isso, a necessidade de priorizar novos conteúdos que contribuíssem para o despertar da curiosidade das crianças.

3.1 O PAPEL DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PROJETO DE RUI BARBOSA

Segundo Machado (2002), na segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou uma intensa transformação social com a organização do trabalho assalariado, a modernização das relações de produção desencadeadas pelo processo de abolição dos escravos em 1888 e a entrada de imigrantes no país. Com a inserção das máquinas, o trabalho escravo foi substituído para atender as demandas do capitalismo. Nesse momento, era preciso pensar na escola pública que preparasse o indivíduo livre, para o exercício da cidadania na vida política, com a conquista do sufrágio universal. Além do progresso material, a escola possibilitava a manutenção da ordem necessária à sociedade burguesa. Nessa instituição eram necessários os conteúdos de história, geografia, economia, política e moral e cívica.

De acordo com o pensamento de Rui Barbosa, a constituição da inteligência pelas vias da educação era fundamental para a reconstrução do caráter nacional e a manutenção da ordem social. Como já foi dito acima, seu entendimento sobre o desenvolvimento e modernização do país não estava desvinculado da instrução pública. Dessa forma, o intelectual baiano entendia ser necessária uma instrução com uma nova metodologia e conteúdo, como por exemplo: ginástica, música e canto, com destaque para o ensino de

ciências. O objetivo era promover o gosto pelo estudo por meio da observação e experimentação, o que contribuiria para o processo civilizatório do Brasil.

Tratava-se de inserir o indivíduo na vida econômica e política do país por meio da educação. Barbosa (1947) considerava que:

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer, releva instauremos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria [...] (BARBOSA, 1947b, p. 121-122).

É importante observar que a educação, em Rui Barbosa, apresenta-se como causa do atraso social, bem como o meio para a superação das condições em que a sociedade se encontrava. Nesse sentido, o Estado deveria tomar para si a responsabilidade pela instrução popular com vistas a superação das condições de atraso a que estávamos submetidos.

Na sociedade atual, releva prosseguir, ou correr. Quem parou está perdido. Por toda a parte surge o progresso. Atual ponto o movimento se apoderou do mundo, que já se não permite descansar, a não ser que nos ministremos o repouso cientificamente, dosado como remédio, para depois correr ainda mais depressa (BARBOSA, 1947a, p. 190).

Como é possível perceber nas palavras do autor, a educação é importante para o desenvolvimento da sociedade. Assim, reforçava a necessidade de torná-la obrigatória por meio da legislação. Vale lembrar que a obrigatoriedade da educação escolar foi regulamentada em 1854, mas, por uma série de circunstâncias, não foi colocada em prática. As condições materiais do Brasil e o descompromisso com a educação pública foram fatores que impediram sua efetivação.

Apesar das condições adversas, tais como, os privilégios de classe, um regime político e social que excluía a maioria absoluta dos trabalhadores e, sobretudo, a existência da escravidão, Rui Barbosa assumiu o papel de defensor da ideia de que o Estado deveria ser incumbido da tarefa de

construção de escolas em quantidade suficiente para que todos fossem matriculados. Sem isso, não seria possível fazer valer a obrigatoriedade da matrícula. Sem a ação decisiva do Estado na tarefa de tornar obrigatória a educação e acessível a todos, não haveria como o Brasil ingressar no patamar de desenvolvimento das nações consideradas civilizadas.

Encontramos também, entre seus propósitos, a defesa da separação entre o Estado e a Igreja ao posicionar-se pelo ensino laico, uma vez que o Estado não deveria estar vinculado a nenhuma orientação religiosa.

Em relação à liberdade de ensino, presente no decreto de Leôncio de Carvalho, verifica-se o estímulo à livre concorrência e aperfeiçoamento dos professores. Em seu Art. 1º encontramos: “É completamente livre o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio, salvo a inspecção necessaria para garantir as condições de moralidade e hygiene”. No entanto, o autor baiano não compartilhava a forma pela qual Leôncio de Carvalho abordava a questão. Para Rui Barbosa fazia-se necessário a criação de um Ministério da Instrução Pública para tratar exclusivamente da educação pública no Brasil.

Sobre os métodos e o programa escolar, o autor baiano deixa claro a importância atribuída ao método, quando afirma que a: [...] “reforma dos métodos e reforma do mestre: eis, numa expressão completa, a reforma escolar inteira” (BARBOSA, 1947, p. 33). Sugeriu, dessa maneira, uma reforma que organizasse todo o programa escolar, rejeitando as práticas que os professores empregavam nas escolas. Criticava o ensino baseado na memorização dos alunos, o que não era adequado às necessidades dos novos tempos. Para a realização do seu projeto, trouxe exemplos das escolas da corte que visitou, sobre o modo como as crianças aprendiam, os livros utilizados, a forma decorada com que estudavam.

É importante destacar que, para Rui Barbosa, dentro das propostas apresentadas, o desenho precedia a aprendizagem da escrita, pois poderia ser utilizado em diversas situações na vida e principalmente, teve contribuição na Inglaterra e, para melhorar a qualidade do trabalho realizado pelo operário, que se tornaria mais hábil. Além dessa disciplina, outras como ginástica, musica e canto, poderiam ser ensinadas e aprendidas pelo uso do método de ensino intuitivo ou lições de coisas que superariam os conteúdos tradicionais.

Ainda referente ao programa proposto pelo autor, são apresentadas as disciplinas que deveriam constituir-lo: educação física seria a primeira, em seguida, a música e canto, o desenho, as lições de coisas, a língua materna, as ciências físicas e naturais, a matemática, a geografia e a cosmografia, história, os rudimentos de economia política, a cultura moral e cívica.

Sobre anteriormente citado, destaca-se nesse trabalho o programa do ensino de história, que, segundo o relator, era importante que ocupasse os primeiros anos do ensino e que ela não fosse apresentada de forma completa às crianças, já nos primeiros estudos, visto que ainda considerava que era normal elas, desde muito pequenas, terem interesse pelas narrativas históricas apreendidas por meio da imaginação, e não pelo discernimento e compreensão. Além disso, a quantidade de nomes e fatos não era permitido ensinar a essas crianças, por serem muito complexas, reservando-as ao ensino secundário e superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, buscamos apresentar questões importantes que foram defendidas por Rui Barbosa, quando organizou seus pareceres, nos quais constavam a defesa da obrigatoriedade, liberdade de ensino, gratuidade, entre outros. Para além dos aspectos citados, defendeu também a reformulação nos métodos e programas com a finalidade de promover uma verdadeira reforma educacional, entendida como requisito necessário ao desenvolvimento.

Sua proposta amparava-se na ideia de construção de um sistema nacional de ensino, o que implicava ao Estado assumir tal tarefa. Suas propostas foram o resultado de estudos e análises de experiências implementadas em diferentes nações. Nesse sentido, buscou convencer os que se opunham as suas ideias sobre a importância de escolarizar o povo para a modernização do Brasil.

Ao redigir os pareceres, o autor colocou-se contra a educação do período, fortemente marcada pelas tradições aristocráticas e patriarcais, posicionando-se em defesa da ilustração do povo como caminho civilizatório do país. Desse modo, os pareceres escritos por Rui Barbosa representam fontes

importantes para a leitura e compreensão dos debates e projetos sociais das quais a educação fez parte, no período.

Por fim, a pesquisa aponta que o autor analisou e compreendeu os problemas da educação no Brasil a partir das condições em que o País se encontrava, e que suas ideias presentes nos pareceres expressam o desejo de modernização da educação como requisito para evolução da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t, I, 1947a.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t, II, 1947b.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A pedagogia de Rui Barbosa**. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1956.

MACHADO, Maria C. G. **Rui Barbosa: Pensamento e ação**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

_____. Fontes e história das instituições escolares: O projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. *In*: LOMBARDI, J. C; NASCIMENTO, M. I. M (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. v.1. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 65-83.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo**: Estudo sobre a reforma educacional projetada nos *pareceres* de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VENANCIO FILHO, Alberto. O liberalismo nos Pareceres de Educação de Rui Barbosa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 21, p. 267-276, set./dez. 2007.

Disponível

em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300017>. Acesso em: 27 out. 2019.